

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA MESA SETORIAL DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA – AGEFIS****ANO 2022**

Data	29/04/2022 Horário: 9h.
Local	AGEFIS
Participantes	<b><u>Bancada do Governo:</u></b>  Titulares:  a) José Neuvani de Vasconcelos Júnior b) Laura Jucá Araújo c) Marcus Cristian de Queiroz e Silva  Convidado:  a) Francisco Reginaldo Araújo de Souza b) Lianna Campos de Sousa
	<b><u>Bancada dos Servidores:</u></b>  Titulares:  a) Rachel Figueiredo Viana Martins Lima b) Marta Cristina Jucá Policarpo  Suplentes:  c) Ana Lúcia Oliveira Viana

**Ata da Reunião**

1. Laura Jucá, membro da bancada de governo, abriu a reunião; Pontuou o momento delicado, referindo-se ao período eleitoral. Asseverou que a Agefis continuará com seu trabalho sério, combatendo a propaganda falaciosa. Destacou a retidão do prefeito Sarto e pediu união e fortaleza;
2. Marta Jucá, membro da bancada dos servidores, pontuou que não se deve deixar nada passar;

3. Rachel Viana, membro da bancada dos servidores, deu início aos temas propostos em pauta. Iniciou sua fala questionando a ausência da assistente Emanuelle, nomeada na Gerefi III, mas desempenhando suas funções na Gerefi II.
4. Laura Jucá explicou que em 2021 houve a nomeação equivocada da fiscal municipal Silvia Lemos na vaga de assistente regional de fiscalização integrada II o que ensejou na nomeação da assistente regional de fiscalização integrada II na vaga da III. Trata-se de uma atecnia, que deverá ser corrigida. Silvia Lemos reforça a equipe da Gerência de Gestão de Pessoas da Agefis, visto necessidade verificada ainda no ano de 2021, tratando-se, inclusive, de pleito trazido pela categoria, à época;
5. Marta Jucá ressaltou que se faz necessário suprir a carência de assistente regional de fiscalização integrada III e que havia a expectativa de nomeação do fiscal Edvan na função. Solicitação reforçada por Ana Lúcia, membro suplente da bancada dos servidores;
6. Reginaldo Araújo, Diretor de Operações da Agefis e convidado da bancada de governo, pontuou que há dificuldade de fiscais se disponibilizarem à ocupar cargos na gestão;
7. Avançando ao tema Fiscalize, Rachel Viana trouxe novamente o problema relacionado ao despacho guiado, que não permite edições no seu preenchimento. Em caso de erro, o fiscal deverá preencher todos os campos novamente;
8. Neuvani Jr. membro da bancada de governo, informou que o assunto já foi levado à Diretoria de Apoio Logístico. O diretor Cássio Pinheiro informou-lhe que está em fase de conclusão a integração do sistema Fiscalize com a Secretaria de Finanças. A integração é pré requisito para diversos avanços dos sistema. Ultimada essa fase será possível implementar a melhoria aqui solicitada;
9. Marta Jucá acrescentou a necessidade de inclusão da aba parecer fiscal no sistema, viabilizando a automatização da comunicação entre os julgadores da Jap e os fiscais responsáveis pela lavratura de Autos de Infração com a temática de vigilância sanitária;
10. Neuvani Jr. reforçou que, após concluída a integração com a Sefin, as melhorias propostas avançarão;

11. Marta Jucá pontuou que as parcelas de R\$ 300,00, das quais os fiscais abriram mão, deveriam ser direcionadas ao desenvolvimento do Fiscalize;
12. Neuvani Jr. explicou a dificuldade de contratação de T.I., notadamente na atual conjuntura de pandemia, com o avanço do teletrabalho;
13. Marta Jucá elogiou o sistema Fiscalize, destacando que é uma importante ferramenta para a fiscalização e que acompanha o andamento dos autos que lavrou;
14. Ana Lúcia Viana lembrou que antes era impensável um sistema pensado exclusivamente para a fiscalização;
15. Laura Jucá informou que em reunião do Conselho Superior, seu presidente, Élcio Batista destacou que os dados de fiscalização informam a cidade;
16. Reginaldo Araújo destacou que são informações que viabilizam a gestão;
17. Marta Jucá reforçou a necessidade de uma avaliação também qualitativa;
18. Lianna Campos, Gerente de Planos de Fiscalização da Agefis e convidada da bancada de governo, destacou que muitos dos Autos de Infração anulados atualmente foram os lavrados em anos anteriores. Que houve importante avanço na qualidade de preenchimento dos documentos;
19. Rachel Viana trouxe novamente a pauta da falha de comunicação. Referiu-se à atualização de roteiros, procedimentos, fiscalize e comunicação entre gestor e fiscal;
20. Laura Jucá informou que o problema de comunicação é o número 1 desta gestão. Pontuou a dificuldade de uma gestão descentralizada;
21. Rachel Viana pediu mais cuidado na hora de repassar a informação, que a comunicação aconteça de forma mais personalizada;
22. Laura Jucá frisou que gastar é gastar saliva;
23. Marta Jucá sugeriu a realização de reuniões;
24. Reginaldo Araújo informou da ação constante do Planejamento Estratégico da Agefis que prevê a participação de fiscais de campo na elaboração de roteiros e procedimentos;

25. Lianna Campos informou que a participação dos fiscais já ocorre na elaboração dos procedimentos de vigilância sanitária. Nos procedimentos novos os fiscais são chamados para apresentação de mudança de layout. Está ocorrendo uma melhor padronização, os textos estão mais técnicos. Ressaltou que a comunicação é frustrante para toda Diplan. Muito trabalho é realizado, mas não alcançam a ponta. Mensalmente são realizadas reuniões com os assistentes de vigilância sanitária que pontuam que conversam, explicam, mas que a dificuldade persiste. É dever do fiscal estudar;
26. Reginaldo Araújo informou que já determinou a todos os gerentes a realização de pausas para explicação dos novos procedimentos, que deverão ser realizadas nos turnos da manhã e tarde;
27. Ana Lúcia Viana destacou que é preciso dialogar, o virtual cria eficiência, mas o contato é indispensável, com sinceridade e franqueza;
28. Marta Jucá sugeriu a busca por outros canais;
29. Lianna Campos pediu sugestões, ponderando que o whatsapp não é o ideal, mas que o e-mail institucional não é acessado por muitos;
30. Marta Jucá falou sobre um incômodo que tem sentido quando dos questionamentos feitos pela Afim que não são respondidos, o que é sentido como falta de respeito;
31. Rachel Viana falou sobre ofícios que não são respondidos;
32. Neuvani Júnior afirmou que sua conduta é a de apurar os fatos e buscar soluções;
33. Marta Jucá destacou a importância da relação de confiança;
34. Laura Jucá aproveitou o ensejo e falou sobre nota da Afim que tratou da mudança da carga horária de 180h para 240h. A hipótese sequer havia sido ventilada de forma oficial, tendo sido uma alternativa pontuada quando do Planejamento Estratégico, entre inúmeras outras sugestões, num momento de *brainstorming*;
35. Marta Jucá informou que o comentário causou um burburinho;
36. Ana Lúcia Viana asseverou que o ofício é para segurança. A discussão pode dar um salto de qualidade.

37. Rachel Viana informou que a possibilidade para a implementação das 240h foram aprovadas em Assembléia Geral e pediu que a proposta fosse levada ao Paço;
38. Neuvani Júnior sugeriu que a Afim apresentasse um projeto pontuando as vantagens e desvantagens, com impacto financeiro;
39. Laura Jucá afirmou que levará o projeto ao Paço, quando apresentado pela categoria;
40. Laura Jucá asseverou que o Paço respalda a fiscalização e que o Presidente do Conselho Superior da Agefis e vice-prefeito, Élcio Batista, é entusiasta da fiscalização—temos respaldo do Paço para fiscalização;
41. Ana Lúcia Viana disse que participou ativamente do PCCS e que foi contrária a carga horária de 240h. Que atualmente o trabalho já ultrapassa as 8 horas e opina pela realização de um novo concurso. Continuou sua fala afirmando que o momento é de zero expectativa para melhoria salarial e que todos estão aflitos com a atual situação;
42. Como encaminhamento, Laura Jucá pediu que a Afim apresentasse projeto com a proposta aprovada em Assembléia Geral, a fim de que seja apresentada ao Paço;
43. Marta Jucá destacou que não vai participar do projeto, visto opinar de forma contrária. Entende ser um risco para todos, inclusive pra quem não optar;
44. Laura Jucá reafirmou a existência de um olhar positivo para a fiscalização;
45. Seguindo na pauta, Rachel Viana indagou acerca das atualizações acerca da redistribuição;
46. Neuvani Júnior informou que houve muito atraso e que a fiscalização só vai abranger os novos territórios quando 4 gerefis se mudarem;
47. Marta Jucá questionou se os fiscais devem seguir o gerente;
48. Reginaldo Araújo destacou que a maior parte das gerefis atenderão novos territórios e que o quantitativo de fiscais deverá ser redimensionado dada a nova realidade, devendo se realizar uma comparação no sistema Fiscalize;
49. Como encaminhamento, Diop fará o levantamento da quantidade de vagas a partir da nova realidade. Afim se comprometeu a pesquisar critérios objetivos para redistribuição fiscal, apresentar pra a Agefis e juntos construir os critérios

objetivos para a redistribuição fiscal;

50. Marta Jucá pontuou que o quantitativo deve discriminar controle urbano e vigilância sanitária;
51. Raquel Viana questionou acerca do repasse verba de verba Federal referente à fiscalização sanitária;
52. Neuvani Jr. Informou que não será possível o repasse, entretanto, está verificando junto à Cevisa sobre a aquisição de estrutura e bens que tragam impacto à fiscalização sanitária;
53. Já em relação à temática dos plantões noturnos referentes a fiscalização sanitária, Reginaldo Araújo ponderou que enfrenta dificuldade e expandir a atividades em razão da necessidade do acompanhamento de força de segurança, bem assim o quantitativo de adicional noturno; Explicou que o início ocorreu na Gerefi III, expandido pra II, atualmente;
54. Marta Jucá sugeriu que mesmo com equipe reduzida, a atividade deveria atender toda a cidade;
55. Ana Lúcia Viana destacou a importância da realização de ações/operações de impacto;
56. Lianna acrescentou que a vigilância sanitária noturna está prevista no Plano Anual de Fiscalização da Vigilância Sanitária;
57. Marta Jucá questionou o pagamento de horas extras à ocupantes de cargo em comissão, visto o artigo 114 do Estatuto do Servidor. Reforçou que o Tribunal de Contas do Estado tem se posicionado reiteradamente contra o pagamento. Como encaminhamento acerca da temática, a Afim encaminhará ofício para manifestação formal da Procuradoria Jurídica;
58. Marta Jucá trouxe pedido dos fiscais de vigilância sanitária atinente à capacitação nas seguintes áreas: estética, nutrição, otorrino, clínicas, infusão ambulatorial, serviços móveis de urgência e emergência.
59. Lianna Campos informou que POP referente à clínica de saúde está pronto e que sua elaboração demorou 1 ano. Com relação à nutrologia, a capacitação será marcada em

breve, provavelmente a partir de 20 de maio. Detacou a carência de legislação em diversas temáticas;

60. Marta Jucá pediu que a capacitação fosse ministrada a todos os fiscais de serviço de saúde e não apenas aos enfermeiros;
61. Lianna Campos explicou que ninguém é barrado, mas pode melhorar a comunicação. Acrescentou que o POP de estética também está pronto e que já foi solicitada capacitação à Cevisa. Informou que acontecerá, também, capacitação para dentistas e veterinários (teórico e prático) sobre Raio X, a previsão é de que ocorra até julho de 2022. Infusão está incluída na capacitação de clínica de saúde. Serviço de ambulância já foi repassado à Cevisa. Atuação profissional não é pertienente à Vigilância Sanitária;
62. Reunião encerrada.